

Súmula e Conclusões do 1.º Encontro das Entidades Reguladoras Portuguesas

Organizado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes

Lisboa, 9 e 10 de maio de 2023

I. O Encontro – breve súmula

O 1º Encontro das Entidades Reguladoras Portuguesas foi realizado em comemoração aos 10 anos da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras Portuguesas. O evento juntou os 11 reguladores nacionais e mais de 50 oradores destacando-se, na sessão de abertura, a intervenção da Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), Ana Paula Vitorino – que promoveu a organização do evento - do Governador do Banco de Portugal, Mário Centeno e do secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes em representação do Ministro das Finanças, Fernando Medina. Esta sessão contou com a participação do Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, bem como do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que enviou uma mensagem aos participantes.

Ana Paula Vitorino destacou a importância das entidades reguladoras na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção da economia sustentável. O Governador do Banco de Portugal ressaltou o papel dos reguladores na evolução da regulação em Portugal e na moldagem da economia. O Secretário de Estado das Finanças mencionou o papel dos reguladores na proteção dos direitos dos consumidores e apontou os desafios das alterações climáticas e da digitalização. O Presidente da Assembleia da República destacou a relação entre a Assembleia e as entidades reguladoras, enfatizando a importância da regulação para desburocratização. Na sua mensagem, o Presidente da República ressaltou a independência e imparcialidade das entidades reguladoras em relação aos setores privados e governos.

Na primeira sessão do Encontro, a Academia aportou a sua visão, através dos contributos do Professor Eduardo Paz Ferreira, do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Universidade de Lisboa, e do Professor Pedro Costa Gonçalves, do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Universidade de Coimbra, que juntos lideraram a sessão "**A Regulação em Portugal: Passado, presente e futuro**".

Nesta sessão foram discutidos os diferentes modelos de regulação em Portugal e a sua tradição regulatória face aos sistemas da União Europeia e dos EUA, incluindo a criação

do Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, a atual Lei-Quadro e a distinção entre competências regulatórias e administrativas.

Estiveram ainda em debate os desafios futuros para as Entidades Reguladoras, decorrentes dos avanços tecnológicos, nomeadamente no domínio da inteligência artificial e regulação dos criptoativos.

Discutiu-se igualmente a necessidade de afirmação e cooperação das Entidades Reguladoras, de forma a reforçar a sua confiança e independência enquanto **serviço público** e para garantir o direito dos cidadãos à regulação e cidadania, configurando, segundo a proposta de Pedro Costa Gonçalves, o direito à regulação um verdadeiro “direito subjetivo”.

Finalmente, na sessão foi dado destaque à importância de promover valores na regulação em Portugal, tais como a equidade intergeracional, a proteção ambiental e a promoção do bem-estar social, tendo em vista um futuro sustentável e justo para todos.

No que respeita às matérias da supervisão financeira e do sistema bancário, Margarida Corrêa de Aguiar, Presidente da ASF, Luís Laginha de Sousa, Presidente da CMVM, Rui Pinto, Administrador da Supervisão Prudencial do BdP, foram oradores na sessão "**Regulação e Supervisão desafios de *governance***", com a moderação de Paulo Câmara, sócio da Sérvulo & Associados.

Na sessão debateu-se a expansão do sistema financeiro e os riscos decorrentes da inovação tecnológica, aliados à importância do desenvolvimento de novas competências na supervisão financeira, de forma a garantir a aplicação coerente das regras europeias e a prevenir riscos nos mercados de capitais. Destacou-se igualmente a necessidade de promoção da cooperação e partilha de informação entre Entidades Reguladoras, a par da supervisão integrada na arquitetura institucional europeia, visando a melhoria da qualidade do sistema financeiro.

Abordaram-se também os atuais modelos de *governance* e a importância da aproximação das entidades de supervisão à sociedade, como forma de responder aos desafios impostos pela inovação e expansão financeira, reforçando a integração e eficácia no setor.

A confiança, a independência e a autonomia das Entidades Reguladoras foram os conceitos centrais nesta sessão, enquanto elementos essenciais para a prestação de contas (*accountability*) e conseqüentemente para a qualidade do sistema financeiro.

Os “**Direitos Fundamentais no ADN das Entidades Reguladoras**” estiveram em debate, num painel que contou com as intervenções de Ana Lourenço, da Universidade

Católica Portuguesa, de Teresa Anjinho, jurista e membro do comité de Supervisão OLAF e Miguel Prata Roque, da Faculdade de Direito de Lisboa. Com a moderação de Nicolau Santos, jornalista, este primeiro painel abordou, entre outros temas, a independência das Entidades Reguladoras, as limitações à sua capacidade de atuação, a relação estabelecida com entidades reguladas, governos e consumidores, bem como a perceção gerada junto dos cidadãos.

Ana Lourenço começou por destacar o papel dos reguladores enquanto “entidades de proteção dos direitos fundamentais das pessoas” e “dotadas de independência”. A independência foi, precisamente, um dos principais temas do estudo “O Estado Regulador em Portugal: Evolução e Desempenho”, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, coordenado pela professora universitária. De acordo com Ana Lourenço, o estudo não identificou uma captura das Entidades Reguladoras pelas empresas reguladas, mas a questão dos meios que estas dispõem para fazer o seu trabalho é um ponto central. “*As Entidades Reguladoras têm múltiplas dimensões de atuação e se estão sujeitas, por exemplo, a cativações não podem cumprir um plano que apresentaram*”, afirmou, acrescentando que “*a questão dos recursos financeiros que as entidades têm é fundamental*” para o cumprimento da sua missão. Outro dos pontos do estudo salientado foi a conclusão de que a Lei-quadro das Entidades Reguladoras mudou o panorama da regulação em Portugal, trazendo diversos aspetos positivos, mas poderia ter ido mais longe, sobretudo no que diz respeito ao papel da Assembleia da República.

Já Teresa Anjinho abordou o tema da regulação do ponto de vista dos consumidores e das reclamações, lembrando que “*as crises são perfeitos catalisadores de reformas*”, referindo-se em concreto à pandemia. “*As pessoas passaram a ter maior consciência da sua vulnerabilidade e da sua dependência em comunidade. Daqui decorre uma verdadeira redefinição de prioridades em sociedade, como sejam as áreas sociais e ambientais*”, disse a esse propósito Teresa Anjinho, referindo ainda os desafios que se colocam a nível internacional, tecnológico e em termos políticos. “*Penso que é hora de refletir e preparar o futuro. Não tenho dúvidas em afirmar que as Entidades Reguladoras, pelo facto de regularem áreas bastante sensíveis, vão ter um papel fundamental no futuro*”, salientou a jurista, acrescentando que “*tão importante quanto resolver os problemas associados a reclamações é antecipá-las*”. O reforço da aposta em literacia regulatória em proveito dos cidadãos e, particularmente, junto dos mais jovens, foi também um dos aspetos destacados. “*A comunicação, hoje em dia, é fundamental. Do ponto de vista do consumidor, a informação é um instrumento de proteção e de*

prevenção e, na perspetiva dos reguladores e das empresas, um instrumento de eficiência”, apontou Teresa Anjinho.

Miguel Prata Roque, da Faculdade de Direito de Lisboa, por sua vez, frisou a existência de dois domínios da atividade regulatória em que a ação das Entidades Reguladoras deve ser particularmente atenta. Um deles é o do direito administrativo sancionatório: dos processos contraordenacionais e de outras sanções de tipo administrativo que são aplicadas por parte das Entidades Reguladoras. *“As Entidades Reguladoras têm, neste momento, poderes de busca e de inquérito praticamente pré-criminal”,* afirmou Miguel Prata Roque, salientando que *“tem de haver uma extrema cautela por parte das Entidades Reguladoras, algo que é feito”,* mas que é uma preocupação. Outro dos alertas do advogado prende-se com a importância de as Entidades Reguladoras estarem alinhadas com a *“ética corporativa”* que exigem aos regulados *“em defesa do interesse público”*.

Nuno Cunha Rodrigues, Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), abordou o tema **“Defesa da Concorrência no Contexto da Inflação”**. Entre os tópicos de reflexão destacam-se as mudanças na regulação em Portugal, desde o modelo de intervenção direta do Estado ao modelo de intervenção direta por parte de Entidades Reguladoras; a origem da regulação económica como uma resposta às falhas de mercado, nomeadamente ao nível da concorrência; e a cooperação entre Entidades Reguladoras e a Autoridade da Concorrência prevista na Lei-quadro.

Durante a sua intervenção, Nuno Cunha Rodrigues referiu ainda as principais preocupações das Entidades Reguladoras, com destaque para a sustentabilidade ambiental, a transição digital e o impacto de eventos globais nos mercados financeiros, tais como a crise pandémica de COVID-19 e a invasão da Ucrânia por parte da Rússia.

O papel da política de concorrência no combate à inflação e no bem-estar dos consumidores, assim como a atuação da Autoridade da Concorrência na promoção da concorrência na contratação pública e em diversos setores da economia foram também temas abordados.

Por fim, a cooperação contínua entre a Autoridade da Concorrência e as Entidades Reguladoras setoriais foi destacada como sendo essencial para garantir o bom funcionamento da economia, a qualidade do mercado e a defesa dos consumidores.

Na última sessão do primeiro dia do Encontro Paulo Novais, da Universidade do Minho, Paulo Humanes, do CEiiA e Miguel Amaral, especialista da divisão de política regulatória da OCDE debateram a **“Incorporação da inovação e da inteligência artificial no**

quadro da regulação inteligente do futuro". Os oradores refletiram sobre os desafios transversais colocados num período marcado pelo crescendo da inteligência artificial e o que tal acarreta em termos da sua regulação e no que diz respeito, por exemplo, à proteção de dados dos cidadãos.

Neste âmbito, Paulo Novais salientou que "é preciso perceber as vantagens e desvantagens que qualquer sistema tem e que compete utilizar ao máximo a tecnologia, e obviamente regular", mas que "*a proteção de dados e a privacidade não podem abafar a inovação nas organizações*", lembrando que tal pode significar "*perder a oportunidade*".

Uma das questões que foi lançada aos participantes foi se Portugal tem a regulação certa para enfrentar os desafios da inovação, associados à inteligência artificial e à proteção de dados. Paulo Novais, referiu que "*nunca há regulação e normas suficientes quando há sempre tecnologia nova a surgir*", sendo de opinião que "*só uma regulação internacional poderá resolver essa questão*".

Nesse âmbito, Paulo Humanes, do CEiiA, centro nacional de grande inovação na área da mobilidade, referiu que "*a regulação às vezes atrapalha, mas é importante entender como podemos explorar novas tecnologias e as suas consequências, e criar uma regulação que permita minimizar os riscos e alcançar o que queremos atingir*".

Por sua vez, Miguel Amaral destacou que, da perspetiva da OCDE, o sentimento que existe é que "*as tecnologias digitais oferecem muitas oportunidades para os governos e os reguladores melhorarem a regulação em muitas áreas*", acrescentando que tal, em última análise, pode ter como resultado "*uma poupança de custos para os consumidores*".

O painel conduzido pela AMT com o tema "**Transportes e Energia – Regulação e Políticas Públicas na Transição Ecológica**", teve como participante (e moderadora) Ana Paula Vitorino, presidente da AMT, José Manuel Viegas, professor emérito do IST – Instituto Superior Técnico, Luís Barroso, Presidente da Mobi.E – Mobilidade Elétrica, Maria Boile, da Universidade de Piraeus, e Angel Aparício, da Universidade Politécnica de Madrid. Em debate esteve a relevância da regulação no desenho das políticas públicas, tendo como pano de fundo a transição ecológica e energética.

Na sua intervenção, a Presidente da AMT afirmou que é "*urgente uma visão integrada e abrangente dos sistemas de transporte e energia da Europa para realizar as transições necessárias*". Ana Paula Vitorino abordou a questão da eletrificação e os passos que têm sido dados para aumentar o fornecimento de eletricidade e instalar a infraestrutura

necessária para o carregamento de veículos elétricos, referindo ainda outras soluções, como os biocombustíveis e a produção de hidrogénio verde.

O setor dos transportes foi responsável por 1/4 das emissões de gases com efeito de estufa na União Europeia, em 2019. Nesse contexto, Ana Paula Vitorino alertou para a possibilidade do não cumprimento das metas climáticas até 2050, referindo que, em Portugal, nas últimas décadas, verificou-se *“um aumento da utilização do transporte individual e uma redução no uso do transporte público”*.

“Pensar na mobilidade, mesmo que de forma integrada e multimodal, não se pode resumir apenas à construção das respetivas infraestruturas e cada vez mais se deve focar no planeamento, na eficiência e digitalização, na sustentabilidade e no potencial de geração de riqueza, emprego e coesão territorial”, referiu a presidente da AMT.

Ana Paula Vitorino defende que, no que toca ao transporte de passageiros, a ferrovia deve ser a *“espinha dorsal do sistema de transportes para efetivamente descarbonizar a economia, nomeadamente através de soluções tecnológicas; de sistemas inteligentes e plataformas agregadoras mais eficientes; e da integração de soluções que promovam a eficiência energética das frotas de transporte público e dos veículos privados, entre outras.”*

Ainda durante a sua intervenção, a presidente da AMT anunciou que a entidade a que preside criou recentemente o Fórum de Reflexão Estratégica da AMT, *“como plataforma de debate e auscultação de especialistas, de personalidades de reconhecido mérito e independência, de empresas, de associações e de outras entidades públicas e privadas relevantes para o desenvolvimento deste setor”*, por forma a construir uma *“visão partilhada do futuro consentânea com a dimensão dos desafios que se colocam a todos e a cada um de nós.”*

Na sessão seguinte João Cadete de Matos, Presidente da ANACOM e Pedro Verdelho, Presidente da ERSE, falaram sobre a **"Independência das autoridades reguladoras e a regulação nos países de língua portuguesa"**, com a moderação de Ana Brito.

Nesta sessão, debateu-se a importância da regulação na promoção da concorrência e na proteção dos consumidores em setores como a energia e as comunicações em Portugal, o papel dos reguladores na supervisão dos mercados e a necessidade de investimento em infraestruturas e no desenvolvimento tecnológico.

Foram ainda abordados alguns dos principais desafios do mercado de energia e a responsabilidade do governo e dos reguladores na garantia de tarifas justas. Foi dado destaque à necessidade de conciliar a regulação com a inovação e o dinamismo do

mercado, de forma a promover um ambiente competitivo, que proteja os interesses dos consumidores.

No segundo dia do Encontro retomou-se a ordem de trabalhos com a sessão **"Regulação da aviação civil em Portugal: que desafios?"** que teve como oradores Tânia Cardoso Simões, Presidente da Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC), António Moura Portugal, da Associação das Companhias Aéreas, Luís Cardoso Ribeiro, da Agência Europeia para a Segurança da Aviação, e Luís Fonseca de Almeida, consultor e ex-Presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC).

Na sessão foram debatidos alguns dos principais desafios enfrentados pela aviação civil, em Portugal e a nível internacional, com destaque para a definição da estratégia do novo aeroporto de Lisboa e a sua importância para a economia nacional, em articulação com as restantes infraestruturas internacionais, em particular na União Europeia.

Esteve igualmente em debate a importância da segurança e do ambiente regulatório, e a necessidade de cooperação entre as entidades reguladoras, as autoridades dos Estados-Membros da União Europeia e outros *stakeholders*, tendo em vista a abertura de diálogo e partilha de experiências para a melhoria da qualidade da regulação.

Abordou-se também o impacto da pandemia de COVID-19 na indústria da aviação, a importância do investimento em tecnologia e na inovação para melhorar a eficiência e sustentabilidade do setor, e a relação entre a aviação civil e a economia.

Por fim, foram ainda debatidos temas como a relevância da comunicação e da tecnologia da informação no desenvolvimento contínuo das organizações, através da definição de estratégias e de ações, e da promoção de uma cultura pró-ativa e de bem-estar dos funcionários.

Na sessão seguinte, Vera Eiró, Presidente da ERSAR, Alexandra da Cunha, do Departamento de Sistemas de Águas, Diogo Rosa, do Departamento de Sistemas de Resíduos, Inês Trindade, do Departamento de Gestão Direta, e Susana Rodrigues, do Departamento de Qualidade, conduziram o painel da ERSAR, com o tema **"Regulação adaptável: como conciliar diferentes objetivos e a realidade de setores muito heterogéneos"**.

Na sessão, debateu-se a importância da transparência e adaptação da regulação às necessidades do setor da água e dos resíduos, com especial enfoque na diversidade das entidades reguladas, para assegurar a gestão sustentável destes recursos em Portugal.

A qualidade da água em Portugal e a garantia do tratamento adequado dos recursos hídricos em todo o território foram temas centrais na discussão, com destaque para o papel crucial da regulação (no modelo “*sunshine regulation*”) como garantia da qualidade e do funcionamento adequado do setor.

A necessidade de encontrar soluções que reduzam as perdas de água e que melhorem a eficiência do sistema de distribuição e tratamento de água foi enfatizada, assim como o papel central das entidades reguladoras na procura pelo equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e a vertente económica.

A relação entre “**O crescimento económico e as três transições – climática, energética e digital**” – esteve em debate nesta sessão do Encontro que contou com os oradores Carlos Oliveira Cruz, IST – Instituto Superior Técnico, Pedro Brinca, Nova SBE – *Nova School of Business and Economics*, Rui Baleiras, UTAU – Unidade Técnica de Apoio Orçamental e Susana Peralta, Nova SBE – *Nova School of Business and Economics*.

Com a moderação do jornalista Celso Filipe, este painel abordou os principais desafios e oportunidades para o crescimento económico em Portugal, num quadro marcado pela transição climática, energética e digital, com enfoque na inovação, desenvolvimento tecnológico, educação, formação profissional, tendo também sido abordado o papel que cabe aos reguladores desempenhar em face de uma nova realidade económica.

Os oradores salientaram, nomeadamente, a importância do investimento em inovação e tecnologia, a necessidade de melhorar a qualidade e acessibilidade da educação, bem como a formação do capital humano, no sentido de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas portuguesas, em prol de uma aceleração do crescimento e desenvolvimento económico do país.

Durante uma apresentação inicial, Rui Baleiras analisou dados sobre a economia nos últimos 20 anos, onde concluiu que a justificação para o fraco desempenho económico do país “*não está na qualidade do esforço dos trabalhadores, mas sim na qualidade dos produtos que produzimos em comparação com outros países*”. Relativamente às falhas identificadas no que respeita ao papel do Estado em termos de contribuir para o crescimento do país, o responsável da UTAO considera que não há falta de planeamento. “*O problema está, por um lado, nos instrumentos de políticas públicas que são montados para ultrapassar os obstáculos estruturais colocados ao crescimento, na capacidade de persistência e paciência*”, afirmou Rui Baleiras.

Por sua vez, Carlos Oliveira Cruz referiu que apesar de a economia ter sofrido “*uma mudança silenciosa*” na última década, marcada pelo aumento do peso das exportações no PIB, esse período foi o de menor investimento em infraestruturas e que “*nunca como hoje, as infraestruturas foram um obstáculo tão grande para o crescimento económico*”. Neste âmbito, o especialista apontou que os reguladores podem desempenhar um papel muito importante, “*ajudando a descobrir quais são os constrangimentos e ajudando a clarificar a política pública*”.

Já Pedro Brinca deu como exemplo as estruturas digitais de acesso às redes de nova geração, lembrando que a taxa de crescimento dessas infraestruturas “*está estagnada*”, e alertando para a importância de perceber os constrangimentos que existem a esse nível. Mas o professor universitário chamou a atenção para o facto de muitas vezes as entidades reguladoras fazerem recomendações que são ignoradas, bem como para as “*interferências*” de que estas podem ser alvo. “*É importante ter as entidades reguladoras fora da esfera política para garantir essa independência*”, recomendou Pedro Brinca.

Face ao quadro económico marcado pelas três transições, Susana Peralta explicou que, do ponto de vista dos reguladores, representa ao mesmo tempo “*uma oportunidade de corrigir erros antigos e um desafio enorme*”. A professora universitária identificou alguns problemas, lembrando que a regulação nas três transições sofre o risco de ter um papel de “*barreira*”, não facilitando essa transição, mas também que “*a regulação deve ser facilitadora e alterar as suas regras para serem o mais compatíveis possível com a transição da economia*”. Susana Peralta destacou ainda a importância de as entidades reguladoras “*protegerem as liberdades e garantias dos cidadãos, garantindo uma cobertura com equidade*”, salientando também a importância de as entidades reguladoras serem suficientemente rápidas a reagirem às alterações.

A sessão "**A independência das Entidades Reguladoras**" contou com a presença de Sebastião Póvoas, Presidente da Entidade Reguladora da Comunicação (ERC), João Pedro Figueiredo, Vogal da ERC, Pedro Gonçalves, Diretor Executivo da ERC, e de Ângela Cruz, do Conselho Regulador.

Os desafios e preocupações relacionados com a independência e autonomia financeira das Entidades Reguladoras, com especial enfoque no setor dos meios de comunicação, e as implicações políticas em Portugal e na Europa, foram os aspetos centrais desta sessão.

Na sessão, debateu-se a importância de garantir a autonomia financeira e orçamental das Entidades Reguladoras, de modo a permitir que exerçam as suas funções de forma

efetiva, imparcial, e sem interferência política, através de uma gestão criteriosa e competente dos quadros altamente qualificados.

A nível europeu, falou-se também da crescente importância da independência financeira das Entidades Reguladoras, através de legislação como a Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual.

Por fim, os oradores deram destaque ao papel fundamental que os decisores políticos desempenham na garantia da independência e dos meios necessários para que as Entidades Reguladoras consigam defender os direitos fundamentais e os interesses dos cidadãos, bem como a concorrência justa entre empresas públicas e privadas.

Na tarde do segundo dia do Encontro António Pimenta Marinho, Presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), Susana Vaz, do Departamento de Registo e Licenciamento, Ana Sofia Silva, do Departamento do Utente, e Ana Maria Reis, do Departamento de Estudos e Avaliação em Saúde, conduziram a sessão "**O Caminho da Regulação em Saúde**".

Na sessão discutiu-se a monitorização regular do mercado e os desafios do licenciamento, incluindo a ausência de regulamentação nos setores público e social, em unidades móveis e de telemedicina, entre outros. Reconheceu-se a necessidade de adequar os meios, recursos e conhecimentos às constantes flutuações de mercado, modelos de oferta e eventos conjunturais, decorrentes de possíveis pandemias, da inovação tecnológica (inteligência artificial, robotização, etc.) e de novas formas de prestação de cuidados.

O investimento da ERS na inovação e meios tecnológicos para a receção, tratamento e análise de reclamações, sugestões e elogios, com a introdução de processos automáticos para a extração de informações com base em modelos de inteligência artificial, foi outro dos temas em discussão.

A implementação do modelo de supervisão pelo risco e o sistema nacional de classificação de estabelecimentos esteve também em debate, incluindo a supervisão baseada na conformidade, no risco, e em incidentes, enquanto ferramentas que contribuem para a melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde, bem como para a garantia dos direitos e interesses dos utentes.

Os oradores destacaram ainda alguns dos desafios que o modelo enfrenta no futuro, nomeadamente na recolha e tratamento de uma vasta quantidade de dados, na garantia da fiabilidade, atualização e facilidade de acesso aos dados e a respetiva integração nos diferentes sistemas informáticos dos prestadores de cuidados de saúde.

A sessão destacou a importância de promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços de saúde e a informação transparente, rigorosa e útil sobre a qualidade global dos estabelecimentos e do sistema de saúde.

O último painel do Encontro teve como tema a “**Literacia e Direitos dos Consumidores – Ser informado para ser livre**”, tendo contado com a participação de Teresa Moreira, da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Gustavo Cardoso, do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e de Ana Catarina Fonseca, da DGC – Direção-Geral do Consumidor, enquanto oradores.

Na sessão moderada pela jornalista Luísa Meireles, entre os principais temas abordados incluíram-se a importância da defesa e da promoção dos direitos dos consumidores, o envolvimento e o papel do Estado e dos reguladores enquanto instrumentos de capacitação dos consumidores, a participação da sociedade civil e a relevância das associações de consumidores no que respeita à defesa dos direitos da população, tudo isto enquadrado num contexto marcado pelo crescendo dos desafios associados à digitalização e às redes sociais.

Na sua intervenção, a diretora-geral do consumidor, Ana Catarina Fonseca, destacou dois importantes marcos históricos no que se refere à defesa dos direitos dos consumidores em Portugal: a criação do livro de reclamações físico e eletrónico e a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras.

Gustavo Cardoso, por sua vez, apontou que um desafio que se coloca às entidades reguladoras, no que respeita à proteção dos direitos dos consumidores, é *“como se articulam em rede”*, alertando que *“os desafios vêm de todo o lado”* e que *“é importante pensar na melhor forma de comunicar com os cidadãos”*. Uma opinião complementada por Ana Catarina Fonseca, que lembrou que *“não faz sentido que as entidades reguladoras estejam a comunicar cada uma por si, quando estão em causa os mesmos tópicos”*.

Já Teresa Moreira salientou que, *“para o consumidor ser agente ativo no mercado também tem de ser ativo”*, salientando que, para tal, tem de *“ser capacitado”* e, por isso, devem ser realizadas ações de formação nas escolas, junto dos idosos, de comunidades especiais ou de imigrantes. A responsável da UNCTAD alertou, contudo, que é determinante também *“calibrar”* a informação que lhes é disponibilizada, prevenindo que sejam *“inundados com informação”*.

O desafio da digitalização e das redes sociais foi outro dos temas abordados, não só no que diz respeito ao risco de desinformação que lhes está associado, como também ao

facto de ser necessário não deixar ninguém excluído no acesso à informação por não utilizar essas ferramentas.

O Encontro contou com a presença do Ministro da Economia e do Mar na sua sessão de encerramento, que decorreu na tarde desta quarta-feira, 10 de maio.

Na sua intervenção, António Costa Silva começou por enaltecer a iniciativa organizada pela AMT, agradecendo *“o trabalho extraordinário que o sistema regulatório tem feito em Portugal”*. O Ministro da Economia e do Mar destacou a centralidade da regulação afirmando que *“o sistema regulatório, por si só, pela sua independência dos poderes políticos, pela sua capacidade de intervenção na economia, e de preservar e defender as regras, é absolutamente crucial para aumentar a confiança dos cidadãos e responder aos desafios”*.

“Estamos a verificar mutações sem precedentes no funcionamento da sociedade, no funcionamento das economias. A digitalização pode ter um impacto na economia que é 10 vezes mais rápido que a revolução industrial e a uma escala 300 vezes maior. Há alterações muito significativas induzidas pela digitalização que mudam o funcionamento das sociedades, das empresas e que o sistema regulatório tem de acompanhar”, referiu António Costa Silva, salientando que a disseminação da Inteligência Artificial vai mudar completamente as sociedades.

O governante alertou ainda para as fragilidades das democracias e defendeu a necessidade de se restaurar a confiança nas sociedades como antídoto contra os populismos. *“Não podemos ter uma sociedade que funcione sem confiança”*, frisou, acrescentando que *“é preciso fazer regressar a ética à economia”*.

No final da sua intervenção, António Costa Silva deixou ainda uma mensagem de desafio: *“O futuro é aquilo que vamos fazer agora”*.

II. Das Conclusões

Após as discussões e debates realizados durante o evento, tendo em conta a súmula acima apresentada, propõem-se algumas ideias-chave, em jeito de **Conclusões**:

1. **Da importância das Entidades Reguladoras**: Foi destacado o papel fundamental das entidades reguladoras na proteção dos direitos dos cidadãos, na promoção da concorrência e na garantia de um ambiente regulatório equilibrado e transparente. Os reguladores desempenham um papel crucial na

defesa dos interesses dos consumidores e na promoção da estabilidade econômica.

2. **Da Independência e Imparcialidade:** Foi ressaltada a necessidade de manter a independência e imparcialidade das entidades reguladoras em relação aos setores privados e governos, evitando a “captura da regulação”. A sua autonomia é fundamental para que possam atuar de forma eficiente e equitativa, garantindo a confiança dos cidadãos e a qualidade do sistema regulatório. No entanto, a independência implica responsabilidade, pelo que a prestação de contas (*accountability*) é essencial para que as entidades reguladoras se mantenham como garante do interesse público e dos direitos fundamentais.
3. **Dos Desafios Futuros:** Foram discutidos os desafios decorrentes dos avanços tecnológicos, como a inteligência artificial e a regulação dos criptoativos, essenciais para a supervisão, no setor financeiro e bancário. A rápida evolução tecnológica exige uma adaptação constante das entidades reguladoras com o objetivo de acompanhar e regular adequadamente essas novas realidades.
4. **Da Cooperação e Integração:** Foi destacada a importância da cooperação entre as entidades reguladoras e a sua integração na arquitetura institucional europeia. A partilha de informações e a colaboração entre as entidades são essenciais para a melhoria da qualidade do sistema regulatório e para enfrentar desafios comuns.
5. **Dos Valores na Regulação:** Foi enfatizada a importância de promover valores na regulação, como a equidade intergeracional, a proteção ambiental e a promoção do bem-estar social. Esses valores devem ser considerados no desenvolvimento de políticas regulatórias, visando um futuro sustentável e justo para todos.
6. **Da Proteção dos Direitos Fundamentais:** Foi ressaltado o papel das entidades reguladoras na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos. A independência das entidades, aliada à garantia de recursos adequados, é fundamental para o cumprimento efetivo de sua missão.
7. **Dos Desafios da Inovação e Inteligência Artificial:** Foram discutidos os desafios da regulação relacionados à inovação e à inteligência artificial, destacando-se a necessidade de equilibrar a promoção da inovação com a proteção dos direitos dos consumidores e a privacidade dos dados.
8. **Da Cooperação entre a Autoridade da Concorrência e as Entidades Reguladoras Setoriais:** Foi ressaltada a importância da cooperação contínua entre a Autoridade da Concorrência e as entidades reguladoras setoriais,

visando garantir o bom funcionamento da economia, a qualidade do mercado e a defesa dos consumidores.

9. **Da importância da transição ecológica e energética:** A presidente da AMT, Ana Paula Vitorino, destacou a necessidade de uma visão integrada e abrangente dos sistemas de transporte e energia na Europa, a fim de realizar as transições necessárias, destacando a importância da eletrificação, da infraestrutura de carregamento para veículos elétricos, bem como de outras soluções, como os biocombustíveis e a produção de hidrogénio verde.

Outras sessões do encontro abordaram a importância da regulação na promoção da concorrência, na proteção dos consumidores e na garantia de tarifas justas nos setores de energia, comunicações, aviação civil e saúde. Foi destacada a necessidade de conciliar a regulação com a inovação e o dinamismo do mercado, visando um ambiente competitivo que proteja os interesses dos consumidores.

A regulação desempenha um papel fundamental na promoção da concorrência, na proteção dos consumidores e na garantia de tarifas justas em vários setores. A independência das entidades reguladoras e sua autonomia financeira são cruciais para que possam desempenhar as suas funções de forma eficaz e imparcial.